



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Registro de Preços - Núcleo de
Execução

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90099/2026

CONTRATANTE (UASG)

090102

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Confecção de Placas de Metal

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/05/2026 às 09:00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço / por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

EDITAL

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO – COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90099/2026
Processo Administrativo nº 024.00158745/2025-46

Torna-se público que a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO – COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, por meio **JUAN CARLOS DANS SANCHEZ, Coordenador da CGA**, sediado a **Avenida Doutor Éneas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar, sala 200, Jardim América, São Paulo/SP – CEP 05403-000 – Telefone (11) 3066-8284**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Confecção de Placas de Metal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em item único.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural

pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para o item, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa equiparada*.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor mensal e total estimado do item;*

5.1.2. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,50% (meio por cento) e incidirá sobre o VALOR UNITÁRIO (PLACA) da contratação pretendida.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.11.6.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no [caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº](#)

[10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação

do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* www.sei.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a

ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguintes meios* cga-ne@saude.sp.gov.br e fjsouza@saude.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos

do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e nos sítios eletrônicos na Internet* www.imprensaoficial.com.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. *a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;*

14.2.1.5.2. *a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);*

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

14.2.2.1. *O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.*

14.2.2.2. *O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* <https://doe.sp.gov.br/>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.3. *ANEXO III – Cópia da Resolução SS Nº 65 de 01/04/2024;*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;*

14.15.5. *ANEXO V – Modelos de Declarações;*

São Paulo, na data da assinatura digital.

JUAN CARLOS DANS SANCHEZ

Coordenador da CGA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o arquivo específico em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

Termo de Referência nº 29/2025, SEI nº 0104502145
Estudo Técnico Preliminar nº 15/2025, SEI nº 0104502001

Nota.: Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema www.compras.gov.br e as disposições deste termo de referência, prevalecem as disposições deste termo de referência.

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE CONTRATO (Versão atualizada em: 07/01/2026)

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS – LICITAÇÃO

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº 024.00158745/2025-46

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90099/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, CELEBRADO ENTRE O(A)
....., POR INTERMÉDIO DO(A)
..... E

O Estado de São Paulo / Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Coordenadoria Geral de Administração, com sede na Avenida Doutor Éneas de Carvalho Aguiar, 188, na cidade de São Paulo / Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.374.500/0252-60, neste ato representado pelo **Sr. Juan Carlos Dans Sanchez, Coordenador**, nomeado conforme publicado no DOE de 29 de maio de 2025 e inscrito no CPF sob o nº 093.874.428-37, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 024.00158745/2025-46** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente d o **Pregão Eletrônico nº 90099/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Confecção de Placas de Metal, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Siafisico 219487 / Código BR 5452

Item	Descrição Recursos Humanos	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal
	Placa em aço inox escovado austenítico , espessura 1,0 mm, medindo 600 x 400 mm, com impressão em baixo relevo, direta e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter			

1	<p>furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria/concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo. Material: aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior. Espessura da chapa: Dimensão nominal: 1,0 mm 600 mm (L) × 400 mm (A) Tolerância dimensional: Cantos: ± 2 mm. quina com rebarba zero Planicidade: sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada Acabamento do inox: escovado/acetinado padrão #4 uniforme em uma direção Processo de Impressão: (horizontal) Baixo relevo sobre inox; Cura Ultravioleta; Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos); Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao Acabamento Gráfico: toque. Condição de fornecimento: chapa com película protetiva; A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada.</p>	1.000 (mil) itens		
---	---	-------------------	--	--

	<p>Furação: 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito). Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar/marcar o inox e distribuir a carga na fixação. Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração/afastamento, não substituindo a fixação mecânica. Documentação técnica exigida e observações: Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência” Especificação do acabamento: #4 escovado . Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV. Apresentar uma amostra física (prova) antes da produção das peças. Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes. Escovamento sem “manchas”/variação visível, sem riscos profundos. Sem empenamento, amassados ou ondulações. Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial. Garantia: Placa (material e estrutura): Grafismo: 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta).</p>			
--	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O **prazo de vigência** da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.2. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.5. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.6. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *01 (um) mês* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *01 (um) mês*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021*;

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de

regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual, conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto

nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via*, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 10 de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II - multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 21, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apena dos do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
5. a reincidência na infração;
6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado; a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
2. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
3. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 - Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II.2 - Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I- 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1 % (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 300 (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º - No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o

descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 - Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I- por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II - por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º - A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do §4º do art. 156 da LLCA.

II.4 - Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do "caput" do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e

indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o "caput" deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do "caput" do artigo 155 da LLCA, A ("comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza"), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº

98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18-Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o "caput" deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o "caput" deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do débito no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão

patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 50 da Lei nº 12.846, de 10 de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Processo nº 024.00158745/2025-46

Pregão Eletrônico nº 90099/2026

Siafisico 219487 / Código BR 5452

Item	Descrição Recursos Humanos	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	Placa em aço inox escovado austenítico , espessura 1,0 mm, medindo 600 × 400 mm, com impressão em baixo relevo, direta e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria/concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo. Material: aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior. Espessura da chapa: Dimensão nominal: 1,0 mm 600 mm (L) × 400 mm (A) Tolerância dimensional: Cantos: ± 2 mm. quina com rebarba zero Planicidade: sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada Acabamento do inox: escovado/acetinado padrão #4 uniforme em uma direção Processo de Impressão:			

1	<p>(horizontal) Baixo relevo sobre inox; Cura Ultravioleta;</p> <p>Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos);</p> <p>Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao Acabamento Gráfico: toque.</p> <p>Condição de fornecimento: chapa com película protetiva; A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada.</p> <p>Furação: 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito). Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar/marcar o inox e distribuir a carga na fixação. Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração/afastamento, não substituindo a fixação mecânica.</p> <p>Documentação técnica exigida e observações: Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência” Especificação do acabamento: #4 escovado . Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV. Apresentar uma amostra física (prova) antes</p>	1.000 (mil) itens	VALOR QUE DEVERÁ CONSTAR NO SISTEMA	
---	--	-------------------	-------------------------------------	--

	<p>da produção das peças. Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes. Escovamento sem "manchas"/variação visível, sem riscos profundos. Sem empenamento, amassados ou ondulações. Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial.</p> <p>Garantia: Placa (material e estrutura): Grafismo: 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta).</p>		
--	---	--	--

OBS: PARA EFEITO DE NEGOCIAÇÃO NO SISTEMA (WWW.GOV.BR/COMPRAS) SERÁ CONSIDERADO O VALOR UNITÁRIO (PLACA) DA CONTRATAÇÃO.

1 - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

2 - A empresa está ciente e de acordo com todas as condições exigidas em Edital e seus Anexos.

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 90099/2026, Processo nº 024.00158745/2025-46**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 8.4. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), **DECLARO**, sob as penas da Lei, que atendo aos requisitos de habilitação, no que se refere a participação no **Pregão Eletrônico nº 90099/2026**, **Processo nº 024.00158745/2025-46**.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 8.6. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 90099/2026, Processo nº 024.00158745/2025-46, DECLARO**, sob as penas da Lei, as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Juan Carlos Dans Sanchez, Coordenador CGA**, em 05/05/2026, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0105914712 e o código CRC **AEAF6879**.

ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES. SEC.SAUDE

Termo de Referência 29/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2025	90101-ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES. SEC. SAUDE	REGIANE CRISTINA BUZZETO	17/04/2026 11:09 (v 0.17)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		024.00158745/2025-46

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO 1.1. A contratação de serviços de confecção de placas de metal para inauguração de unidades vinculadas a Secretaria de Estado da saúde, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

	ITEM	CATMAT /SIAFISICO	NECESSÁRIO
1	<p>Placa em aço inox escovado austenítico, espessura 1,0 mm, medindo 600 x 400 mm, com impressão em baixo relevo, direta e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria/concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior.• Espessura da chapa: 1,0 mm• Dimensão nominal: 600 mm (L) x 400 mm (A)• Tolerância dimensional: ± 2 mm.• Cantos: quina com rebarba zero• Planicidade: sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada• Acabamento do inox: escovado/acetinado padrão #4, escovamento uniforme em uma direção (horizontal)• Processo de Impressão: Baixo relevo sobre inox; Cura Ultravioleta; Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos); Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor• Acabamento Gráfico: Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao toque.• Condição de fornecimento: chapa com película protetiva; A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada.	5452/ 219487	1.000 (mil) Itens

- **Furação:** 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito).
- Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar/marcar o inox e distribuir a carga na fixação.
- Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração/afastamento, não substituindo a fixação mecânica.

Documentação técnica exigida e observações:

- Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência”
- Especificação do acabamento: **#4 escovado**.
- Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV.
- Apresentar uma amostra física (prova) antes da produção das peças.
- Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes.
- Escovamento sem “manchas”/variação visível, sem riscos profundos.
- Sem empenamento, amassados ou ondulações.
- Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial.
- **Garantia:**
 - **Placa (material e estrutura):** 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto
 - **Grafismo:** 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta).

ESPECIFICAÇÕES DAS PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO, **MODELO:**



1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 15 /2025.

- 1.3 Em caso de divergência entre a descrição do item constante no catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerá o presente Termo de Referência.
- 1.4 Este Termo de Referência foi elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.5 O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.6 O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, conforme art. 105 da Lei nº 14.133 /2021.
- 1.7 Subcontratação
- É vedado ao contratado subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Necessidade e Motivação

A necessidade e a fundamentação da contratação, incluindo justificativa técnica e quantitativos, encontram-se detalhadas no **Estudo Técnico Preliminar 15/2025** elaborado conforme Decreto Estadual nº 68.017/2023, integrante deste Termo de Referência.

2.2 Previsão no PCA

O objeto está previsto no **Plano de Contratações Anual – PCA 2025**, código 90102-261/2025, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689/2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Descrição Geral da Solução

A solução proposta contempla a aquisição de **mil (1.000) Placas de Identificação Tabela SUS Paulista**, destinadas à padronização visual e informativa das unidades e serviços vinculados à Secretaria de Estado da Saúde.

Todas as especificações detalhadas, requisitos técnicos, ciclo de vida e características do produto estão descritos no Estudo Técnico Preliminar 15/2025.

4. Requisitos da contratação

4.1 Sustentabilidade

Além das especificações técnicas do item, deverão ser observados os seguintes requisitos de sustentabilidade:

4.1.1 Certificação ambiental

Os materiais utilizados na produção das placas deverão observar requisitos ambientais compatíveis com certificações do **INMETRO** que identifiquem produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

Havendo aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **amostra da Placa de Identificação – Tabela SUS Paulista**, conforme item 4.3, para avaliação técnica.

A Administração divulgará por mensagem no sistema a **data, horário e local** da avaliação, cuja presença será facultada a todos os licitantes.

4.3 Itens que exigem apresentação de amostras

4.3.1 Item único – Placa de Identificação Tabela SUS Paulista

Será exigida a apresentação de **1 (uma) amostra** da placa com as seguintes características:

Placa em aço inox escovado **austenítico**, espessura 1,0 mm, medindo 600 × 400 mm, com impressão em baixo relevo, direta e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria/concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo.

- **Material:** aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior.
- **Espessura da chapa:** 1,0 mm
- **Dimensão nominal:** 600 mm (L) × 400 mm (A)
- **Tolerância dimensional:** ± 2 mm.
- **Cantos:** quina com rebarba zero
- **Planicidade:** sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada
- **Acabamento do inox:** escovado/acetinado padrão **#4**, escovamento **uniforme em uma direção** (horizontal)
- **Processo de Impressão:** Baixo relevo sobre inox; Cura Ultravioleta; Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos); Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor
- **Acabamento Gráfico:** Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao toque.
- **Condição de fornecimento:** chapa com película protetiva; A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada.
- **Furação:** 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito).
- Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar/marcar o inox e distribuir a carga na fixação.
- Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração /afastamento, não substituindo a fixação mecânica.

Documentação técnica exigida e observações:

- Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência”
- Especificação do acabamento: **#4 escovado**.
- Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV.
- Apresentar uma amostra física (prova) antes da produção das peças.
- Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes.
- Escovamento sem “manchas”/variação visível, sem riscos profundos.
- Sem empenamento, amassados ou ondulações.
- Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial.
- **Garantia:**
 - **Placa (material e estrutura):** 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto
 - **Grafismo:** 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta).

4.3.2 Vedação de marca ou modelo específico

A Administração não aceitará placas que não atendam **integralmente** às especificações constantes no item 1.1 e neste item 4, em conformidade com o processo **024.00145670/2025-33** e com o **ETP 15/2025**.

4.4 Exigência de amostras – Procedimentos gerais

O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), observando:

- Data, local e horário definidos e publicados no sistema.
- Participação facultativa dos demais licitantes.

4.5 Embalagem das amostras

As amostras deverão estar acondicionadas em embalagem adequada, conforme item 4.3.1

4.6 Local de entrega das amostras

A amostra deverá ser entregue em até **15 (quinze) dias**, no endereço:

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188 – São Paulo/SP

6º andar – das 7h às 14h

Aos cuidados de: Georgia ou Regiane

O fornecedor assume inteira responsabilidade pelo envio e eventuais atrasos.

4.7 Prorrogação de prazo

A prorrogação do prazo para entrega da amostra poderá ser solicitada **justificadamente**, por mensagem no chat do sistema, antes do fim do prazo original.

4.8 Recusa da amostra

A proposta será rejeitada se:

- A amostra não for entregue;
- Houver atraso injustificado;
- A amostra não atender às especificações;
- Houver desconformidade visual, material ou dimensional.

4.9 Critérios de avaliação técnica da amostra

Serão avaliados:

4.9.1 Conformidade técnica

Cores, tamanho, material e demais especificações conforme **modelo oficial do Anexo 1**.

4.9.2 Acondicionamento

- **Condição de fornecimento:** chapa com película protetiva; A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada.

4.9.3 Acabamento

Somente serão aceitas placas sem falhas, arranhões, manchas, empenamento ou defeitos.

4.9.4 Aspectos físicos

Serão avaliados:

A amostra apresentada pela licitante será avaliada quanto à conformidade com as especificações técnicas do objeto, observando-se, no mínimo, os seguintes critérios:

1. Material e Estrutura

- Verificação do tipo de aço inoxidável (austenítico, equivalente ou superior ao inox 304), mediante declaração técnica.
- Espessura da chapa (1,0 mm), admitindo-se variação conforme tolerância especificada.
- Ausência de empeno, ondulações ou deformações visíveis a uma distância de 1 metro, com a placa instalada.

2. Dimensões e Acabamento Mecânico

- Conferência das dimensões (600 × 400 mm), com tolerância de ± 2 mm.
- Verificação dos cantos: ausência de rebarbas, arestas cortantes ou imperfeições.

- Qualidade da furação: posicionamento correto (recuo de 20 a 25 mm), alinhamento e acabamento adequado dos furos.

3. Acabamento Superficial do Inox

- Padrão de escovamento #4 (acetinado), uniforme e em uma única direção (horizontal).
- Ausência de manchas, riscos profundos, variações de textura ou brilho irregular.
- Integridade da superfície, sem marcas de contaminação, impressões digitais permanentes ou resíduos.

4. Impressão Gráfica e Proteção UV

- Qualidade da impressão UV direta sobre o inox (definição, nitidez, fidelidade de cores e contraste).
- Verificação da aderência da impressão (resistência a riscos leves e ausência de descascamento).
- Avaliação do acabamento semi-brilho e uniformidade da aplicação.
- Presença de efeito de baixo-relevo perceptível ao toque e visualmente.

5. Durabilidade e Resistência (Avaliação Inicial)

- Indícios de resistência à exposição externa, conforme ficha técnica apresentada.
- Verificação da cura UV adequada (ausência de pegajosidade ou falhas na fixação da tinta).

6. Sistema de Fixação

- Conferência dos furos e compatibilidade com os parafusos fornecidos.
- Verificação das arruelas (material e acabamento que não danifique o inox).
- Avaliação da fita dupla face:
 - Aplicação correta no verso;
 - Aderência inicial;
 - Compatibilidade com uso externo.

7. Película Protetiva

- Presença de película protetiva íntegra, sem danos, bolhas ou remoções parciais.
- Capacidade de proteção do acabamento até o momento da instalação.

8. Embalagem

- Fornecimento da placa em saco tipo camurça ou equivalente:
 - Material não abrasivo;
 - Sem liberação de fiapos;
 - Dimensão adequada (ajuste justo à peça).
- Condições de higiene e conservação da embalagem.

9. Conformidade Documental

- Apresentação de:
 - Declaração do tipo/grau do inox;
 - Especificação do acabamento (#4 escovado);
 - Ficha técnica da impressão UV e proteção aplicada.

10. Condições Gerais

- Ausência de defeitos visuais: amassados, riscos, manchas, falhas de impressão ou irregularidades.
- Conformidade integral com o descritivo técnico do Termo de Referência.

DISPOSIÇÃO FINAL

A amostra será considerada **APROVADA** ou **REPROVADA**, sendo desclassificada a proposta da licitante cuja amostra não atenda, total ou parcialmente, aos critérios estabelecidos.

4.9.5 Prova de produção

O fornecedor deverá entregar **uma unidade** da placa como prova de viabilidade da produção total.

4.9.6 Adequações

A Administração poderá solicitar ajustes na amostra, se necessário.

4.10 Divulgação dos resultados

O resultado da avaliação das amostras será divulgado por mensagem no sistema.

4.11 Avaliação sequencial

Caso a amostra do primeiro colocado seja reprovada, será avaliada a amostra do segundo colocado, e assim sucessivamente.

4.12 Prototipagem

As amostras serão tratadas como protótipos e poderão ser manuseadas ou desmontadas pela equipe técnica, sem direito a ressarcimento.

4.13 Recolhimento das amostras

Após o resultado final, os fornecedores terão **10 (dez) dias** para recolher suas amostras, sob pena de descarte pela Administração.

4.14 Suporte técnico

Os fornecedores deverão disponibilizar, sem ônus, as informações técnicas, fichas, manuais ou instruções de conservação, quando aplicável.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução – Placas de Identificação (Tabela SUS Paulista)

5.1 O prazo de entrega das **Placas de Identificação – Tabela SUS Paulista** será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da emissão da nota de empenho, devendo o fornecimento ocorrer em **remessa única**.

5.2 Caso a entrega não possa ser realizada no prazo estabelecido, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões com, no mínimo, **15 (quinze) dias de antecedência**, para fins de análise de eventual pleito de prorrogação, excetuadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3 As placas deverão ser entregues no seguinte endereço:

Almoxarifado Central da SES/SP

Av. Dr. Arnaldo, nº 351 – Subsolo – Cerqueira César – São Paulo/SP

Horário para recebimento: **das 7h às 14h**

Responsável pelo recebimento: **Simone/ Valter**

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.4 O prazo de garantia observará a **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)** ou período superior, se oferecido pelo fabricante, sem custos adicionais.

5.5 A garantia deverá manter as placas fornecidas em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ao Contratante.

5.6 A garantia compreende a **manutenção corretiva** das placas pelo próprio Contratado ou por assistência técnica autorizada.

5.7 Considera-se manutenção corretiva toda ação destinada a sanar defeitos apresentados, incluindo substituições, ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8 Peças ou componentes que apresentarem vício durante o período de garantia deverão ser substituídos por itens novos, originais e de primeiro uso, com padrão de qualidade igual ou superior ao original.

5.9 Após notificação, o Contratado terá até **10 (dez) dias úteis** para realizar reparo ou substituição, contados da retirada do item nas dependências da Administração.

5.10 O prazo acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da Contratada e aceite do Contratante.

5.11 Caso haja necessidade de reparo, o Contratado deverá disponibilizar **placa equivalente ou superior**, em caráter provisório, garantindo a continuidade operacional.

5.12 O não atendimento aos prazos de reparo ou substituição, sem justificativa aceita, autoriza o Contratante a contratar terceiros para execução dos serviços, cabendo à Contratada ressarcir todos os custos, sem prejuízo da garantia.

5.13 Todos os custos com transporte das placas para reparo, substituição ou garantia serão de responsabilidade da Contratada.

5.14 A garantia contratual ou legal possui vigência própria, independente do prazo contratual, podendo ensejar penalidades em caso de descumprimento, mesmo após o término da vigência do contrato.

5.15 Placa (material e estrutura): 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto

Grafismo: 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta).

6. Modelo de gestão do contrato

Condições de Execução e Fiscalização – Placas de Identificação (Tabela SUS Paulista)

6. Execução Contratual

6.1 O contrato referente ao fornecimento das **Placas de Identificação – Tabela SUS Paulista** deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma de fornecimento das placas será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante simples apostilamento.

6.3 As comunicações entre o Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico oficial.

6.4 O Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção imediata de providências relacionadas ao fornecimento das placas.

6.5 Após a celebração do contrato, o Contratante poderá convocar representante da Contratada para reunião inicial destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo orientações sobre as obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do fornecimento das placas, eventual plano complementar de execução, métodos de aferição de resultados e penalidades aplicáveis.

6.6 Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais designados, conforme artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais prerrogativas da Administração.

6.7 Fiscalização Técnica

6.7.1 O fiscal técnico acompanhará a execução do fornecimento das placas, verificando o cumprimento integral das condições contratuais, conforme art. 17 do Decreto nº 68.220/2023.

6.7.2 O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes, descrevendo falhas e medidas necessárias à sua regularização (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.7.3 Realizará, conforme cronograma físico-financeiro, as medições relativas ao fornecimento das placas, aprovando a planilha de medição emitida pela Contratada.

6.7.4 Adotará medidas preventivas e manifestar-se-á, quando necessário, sobre a suspensão da execução contratual.

6.7.5 Informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão além de sua competência, permitindo pronta adoção de medidas saneadoras.

6.7.6 Caso ocorram fatos que possam inviabilizar a entrega das placas nas datas previstas, o fiscal técnico comunicará imediatamente o gestor do contrato.

6.8 Fiscalização Administrativa

6.8.1 O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, bem como acompanhará empenho, pagamento, garantias, glosas e processos de apostilamento ou aditamento, conforme Decreto nº 68.220/2023, art. 18.

6.8.2 Em caso de descumprimento de obrigações, atuará tempestivamente para solucioná-lo, reportando ao gestor do contrato quando ultrapassar sua competência.

6.8.3 Sempre que solicitado, a Contratada deverá comprovar o cumprimento das reservas legais de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social, aprendizes ou outras previstas em lei, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

6.9 Gestor do Contrato

6.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada para fins de empenho e pagamento, registrando no relatório de riscos eventuais problemas que possam impactar o fluxo de liquidação da despesa.

6.9.2 Emitirá documento comprobatório da avaliação dos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, desempenho da Contratada, indicadores aferidos e penalidades aplicadas, integrando-o ao cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3 Tomará as medidas necessárias para abertura de processo administrativo de responsabilização, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021, quando constatada conduta passível de sanção.

6.9.4 Elaborará relatório final informando o atingimento dos objetivos que motivaram a contratação e indicando diretrizes para melhoria dos processos administrativos.

6.9.5 Enviará ao setor de contratos toda documentação pertinente para os procedimentos de liquidação e pagamento, no valor aferido pela fiscalização e gestão.

7. Critérios de medição e pagamento

7. Recebimento, Liquidação e Pagamento – Placas de Identificação Tabela SUS Paulista

7. Recebimento

7.1 As **Placas de Identificação – Tabela SUS Paulista** serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da Contratada.

7.2 As placas poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso apresentem desconformidades quanto às especificações técnicas previstas, devendo a Contratada substituí-las no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados da notificação, às suas expensas e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias úteis** após o recebimento da nota fiscal pela Administração, mediante verificação da qualidade, quantidade e conformidade das placas, e consequente emissão de termo de recebimento definitivo.

7.4 Para contratações cujo valor esteja dentro do limite do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para recebimento definitivo será de até **4 (quatro) dias úteis**.

7.5 O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, uma única vez, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências adicionais para aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto (dimensão, qualidade ou quantidade das placas), e havendo parcela incontroversa, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo o Contratado emitir nova Nota Fiscal referente apenas à parcela aceita, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para solução de inconsistências relacionadas à execução do objeto ou correções na Nota Fiscal não será computado para fins de prazo de recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não exime o Contratado da responsabilidade civil pela solidez, segurança, qualidade e conformidade das placas, nem da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9 Liquidação da Despesa

7.9 Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente, o prazo para fins de liquidação será de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período de forma justificada, quando necessárias diligências adicionais, conforme art. 7º da IN SEGES/ME nº 77/2022 e Decreto Estadual nº 67.608 /2023.

7.9.1 Para contratações dentro do limite do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo será reduzido à **metade**, mantida a possibilidade de prorrogação.

7.9.2 Para a liquidação, será verificado se a Nota Fiscal contém os elementos essenciais, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período referente à entrega das placas;
- e) valor a pagar;
- f) destaque das retenções tributárias cabíveis.

7.9.3 Havendo erros na Nota Fiscal ou impedimentos à liquidação, esta será suspensa até a regularização pela Contratada, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento.

7.9.4 A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal no Sicafe, por consulta eletrônica ou documentação equivalente prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.9.5 A Administração deverá consultar o Sicafe para verificar:

- a) manutenção das condições de habilitação;
- b) inexistência de impedimentos diretos ou indiretos à contratação.

7.9.6 Constatada irregularidade fiscal, a Contratada será notificada para regularização no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis uma única vez.

7.9.7 Persistindo a irregularidade, o Contratante comunicará aos órgãos competentes e adotará medidas cabíveis para garantia do crédito público.

7.9.8 Não sanada a irregularidade, serão tomadas as medidas necessárias à extinção contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.9.9 Havendo execução do objeto (entrega das placas), os pagamentos continuarão sendo realizados até decisão final sobre a extinção contratual.

7.10 Prazo de Pagamento

7.9.10 O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal e da conclusão da liquidação da despesa, nos termos do Decreto Estadual nº 67.608/2023.

7.9.11 Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, haverá:

- atualização monetária conforme legislação vigente,
- juros moratórios de **0,5% ao mês**, calculados *pro rata temporis*.

7.11 Forma de Pagamento

7.10 O pagamento será efetuado por **ordem bancária**, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Contratada no Banco do Brasil S/A.

7.10.1 É condição obrigatória para pagamento a inexistência de registros no **CADIN Estadual**, salvo quando suspensos na forma da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.10.2 Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.10.3 O Contratante poderá efetuar as retenções tributárias previstas em lei, mesmo que não constem na Nota Fiscal.

7.11.4 Os tributos deverão ser retidos conforme legislação vigente, independentemente de percentuais indicados na planilha.

7.11.5 A Contratada optante pelo **Simples Nacional** não sofrerá retenções relativas a tributos abrangidos pelo regime, devendo comprovar sua condição mediante documento oficial.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de Habilitação

8.3 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Verificação de Impedimentos

Antes da celebração da contratação, a Administração verificará a existência de impedimentos legais à contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros oficiais:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do CNJ;
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções;
- f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8.4 Consulta ao sócio majoritário

Para pessoas jurídicas, a consulta prevista na alínea “d” será também realizada em relação ao **sócio majoritário**, conforme art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

8.5 Ocorrências impeditivas indiretas

Caso haja **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o gestor deverá diligenciar para apurar eventual fraude.

8.6 Regularidade no CADIN Estadual

A contratação e os pagamentos dela decorrentes exigem **inexistência de registros no CADIN Estadual**, admitindo-se comprovação de suspensão do registro, conforme Lei Estadual nº 12.799/2008.

8.7 Habilitação via SICAF

A habilitação será verificada pelo **SICAF**, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8 Manutenção da Documentação Atualizada

O interessado deverá manter sua documentação atualizada no SICAF e encaminhá-la quando solicitado.

8.9 Documentos com CNPJ/CPF divergentes

Não serão aceitos documentos de habilitação com CNPJ/CPF diferentes, salvo exceções legais.

8.10 Documentos da matriz ou filial

Se o interessado for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto atestados de capacidade técnica ou documentos emitidos somente em nome da matriz.

8.11 CNPJ matriz/filial – centralização de recolhimento

Serão aceitos documentos fiscais distintos quando comprovada a **centralização de recolhimentos**.

8.12 Requisitos de Habilitação

Os interessados deverão comprovar os requisitos listados nas subseções seguintes.

Habilitação Jurídica

8.13 a 8.20

Mantêm-se **sem alterações**, pois são disposições legais gerais aplicáveis a qualquer fornecedor, independentemente do objeto. (Identificação pessoal, registro empresarial, CCMEI, estatuto/contrato social, filial, documentos consolidados.)

8.21 a 8.28

Permanece aplicável integralmente, pois trata de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e tributária necessária em qualquer contratação.

Qualificação Econômico-Financeira

8.29 Certidão negativa de insolvência civil (para pessoa física/sociedade simples)

8.30 Certidão negativa de falência (para empresário individual ou sociedade empresária)

Esses itens permanecem aplicáveis.

Qualificação Técnica (ADAPTADO AO OBJETO – MATERIAL GRÁFICO/FÍSICO)

8.31 Deverá ser comprovada a capacidade técnica mediante apresentação de **atestado(s) ou certidão(ões)** que demonstrem fornecimento prévio de **materiais gráficos ou placas de identificação**, ou produtos substitutos equivalentes, compatíveis em **dimensão, acabamento e características do objeto desta contratação**.

8.32 O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar fornecimento com as seguintes características mínimas:

ITEM	PRODUTO	CATMAT/ SIAFISICO	NECESSÁRIO
1	<p>Placa em aço inox escovado austenítico, espessura 1,0 mm, medindo 600 x 400 mm, com impressão em baixo relevo, direta e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria /concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior.• Espessura da chapa: 1,0 mm• Dimensão nominal: 600 mm (L) x 400 mm (A)• Tolerância dimensional: ± 2 mm.• Cantos: quina com rebarba zero• Planicidade: sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada• Acabamento do inox: escovado/acetinado padrão #4, escovamento uniforme em uma direção (horizontal)• Processo de Impressão: Baixo relevo sobre inox; Cura Ultravioleta; Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos); Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor• Acabamento Gráfico: Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao toque.• Condição de fornecimento: chapa com película protetiva; A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada.• Furação: 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito).• Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar/marcar o inox e distribuir a carga na fixação.• Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração /afastamento, não substituindo a fixação mecânica.	5452/219487	1000

	<p>Documentação técnica exigida e observações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência”• Especificação do acabamento: #4 escovado.• Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV.• Apresentar uma amostra física (prova) antes da produção das peças.• Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes.• Escovamento sem “manchas”/variação visível, sem riscos profundos.• Sem empenamento, amassados ou ondulações.• Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial. <p>• Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none">• Placa (material e estrutura): 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto• Grafismo: 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta).		
--	---	--	--

8.33 (revisto) Para o fornecimento de objeto de natureza **não contínua**, não se exige comprovação de experiência mínima de 05 anos.

8.34 (revisto) Como não se trata de contratação de postos de trabalho, este item é **suprimido**.

8.35 Será admitido o somatório de atestados ou certidões de fornecimentos realizados, desde que compatíveis com o objeto.

8.36 Atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

8.37 O fornecedor deverá disponibilizar informações para validação dos atestados, quando solicitado.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A licitação será realizada na modalidade Pregão, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o modo de disputa fechado]

10. Adequação orçamentária

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGIANE CRISTINA BUZZETO
Assessor I



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 11:09:48.

GEORGIA RODRIGUES FRAGA

Coordenadora da Comunicação Social/ GS



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 10:27:25.

Estudo Técnico Preliminar 15/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00158745/2025-46

2. Objeto

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Contém dados com estimativa de preços]

3. Descrição da necessidade

3.1. A presente solicitação se faz necessária, pois trata-se de contratação de uma empresa especializada na confecção de placas de metal para confecção de placas de identificação das unidades beneficiadas pelo Programa Tabela SUS Paulista de unidades vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. A placa de inauguração é crucial para marcar oficialmente o início das operações do novo espaço, registrar a data e os detalhes do evento, promover transparência sobre o projeto e seu financiamento, e reconhecer as contribuições das pessoas envolvidas. Além disso, ela informa a comunidade sobre os novos serviços disponíveis e simboliza o compromisso da administração com o progresso e a melhoria dos serviços públicos.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A contratação de empresa para confecção de placas de metal deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/2021. 5.2. Vislumbra-se a realização do presente processo licitatório através de Pregão Eletrônico.

5.3. A descrição técnica dos itens a serem confeccionados, conforme necessidades da área demandante, define-se que a confecção deverá possuir as especificações abaixo listadas:

	ITEM	NECESSÁRIO
1	<p>Placa em aço inox escovado austenítico, espessura 1,0 mm, medindo 600 x 400 mm, com impressão em baixo relevo, e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria/concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo.</p> <p>Descritivo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior.• Espessura da chapa: 1,0 mm• Dimensão nominal: 600 mm (L) x 400 mm (A)• Tolerância dimensional: ± 2 mm.• Cantos: quina com rebarba zero• Planicidade: sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada• Acabamento do inox: escovado/acetinado padrão #4, escovamento uniforme em uma direção (horizontal)• Processo de Impressão: Impressão em baixo relevo, sobre inox; Cura Ultravioleta; Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos); Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor	1.000 (mil) Itens

<ul style="list-style-type: none"> • Acabamento Gráfico: Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao toque. • Condição de fornecimento: chapa com película protetiva. A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra. Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada. • Furação: 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito). • Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar /marcar o inox e distribuir a carga na fixação. • Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração/afastamento, não substituindo a fixação mecânica. <p>Documentação técnica exigida e observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência” • Especificação do acabamento: #4 escovado. • Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV. • Apresentar uma amostra física (prova) antes da produção das peças. • Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes. • Escovamento sem “manchas”/variação visível, sem riscos profundos. • Sem empenamento, amassados ou ondulações. • Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Placa (material e estrutura): 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto • Grafismo: 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta). • 	
---	--

5.4. Os itens deverão ser novos, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de produto alternativo. Deverão estar adequadamente embalados, preservando suas características originais, entendidos como de primeiro uso. A empresa vencedora do certame deverá observar os seguintes prazos e condições de entrega:

a) Entrega da prova de material (protótipo): a empresa vencedora deverá entregar **1 (uma) unidade da placa para prova** no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** contados da confirmação da contratação.

b) Entrega do lote completo: após a análise e **aprovação formal da prova** pelo setor responsável, a empresa deverá entregar a totalidade do material contratado no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**.

A entrega deverá ser realizada no seguinte endereço:

5.4.1. Endereço de Entrega:

Almoxarifado da Coordenadoria Geral de Administração

Avenida Dr. Arnaldo, nº 351 - Subsolo - Pacaembu

CEP: 01246-000

Telefones: (11) 3066-8272 / 3066-8147

E-mails: scaraujo@saude.sp.gov.br / vosilva@saude.sp.gov.br

5.5. Não há exigência de garantia da contratação.

5.6. O item não se enquadra como bem de consumo de luxo, conforme Lei 14.133/21, art. 20.

5.7. Não será admitida a subcontratação, uma vez que a Secretaria da Saúde exige controle total sobre a qualidade do produto, responsabilidade direta da Contratada e mitigação de riscos de falhas no processo de produção das placas de inauguração de metal.

5.8. Os itens deverão ser entregues embalados, sem avarias, devidamente identificados com informações precisas, corretas e claras, em língua portuguesa, contemplando suas características, composição e quantidade.

5.9. Serão recusados itens deteriorados, alterados, adulterados, avariados, corrompidos, fraudados, ou em desacordo com normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação, bem como aqueles que apresentem características que possam comprometer seu uso ou aplicação pela Administração.

5.10. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregues.

5.11. Todos os valores referentes a tributos e frete deverão estar inclusos no preço do objeto contratado.

5.12. A empresa fornecedora é responsável pelo transporte, acondicionamento e entrega dos materiais, garantindo sua integridade até o recebimento pela Administração.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete do Secretário - Assessoria de Comunicação Social	GEORGIA RODRIGUES FRAGA

6. Materiais a serem disponibilizados

6.1. A descrição técnica dos itens a serem confeccionados, conforme necessidades da área demandante, define-se que a confecção deverá possuir as especificações abaixo listadas:

	ITEM	NECESSÁRIO
1	<p>Placa em aço inox escovado austenítico, espessura 1,0 mm, medindo 600 × 400 mm, com impressão em baixo relevo, e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria/concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo.</p> <p>Descritivo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior.• Espessura da chapa: 1,0 mm• Dimensão nominal: 600 mm (L) × 400 mm (A)• Tolerância dimensional: ± 2 mm.• Cantos: quina com rebarba zero• Planicidade: sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada• Acabamento do inox: escovado/acetinado padrão #4, escovamento uniforme em uma direção (horizontal)• Processo de Impressão: Impressão em baixo relevo, sobre inox; Cura Ultravioleta; Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos); Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor• Acabamento Gráfico: Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao toque.• Condição de fornecimento: chapa com película protetiva. A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra. Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada.• Furação: 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito).• Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar /marcar o inox e distribuir a carga na fixação.• Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração/afastamento, não substituindo a fixação mecânica. <p>Documentação técnica exigida e observações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência"• Especificação do acabamento: #4 escovado.• Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV.• Apresentar uma amostra física (prova) antes da produção das peças.• Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes.• Escovamento sem "manchas"/variação visível, sem riscos profundos.• Sem empenamento, amassados ou ondulações.• Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial. <p>Garantia:</p>	1.000 (mil) Itens

	<ul style="list-style-type: none"> • Placa (material e estrutura): 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjunto • Grafismo: 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta). 	
--	--	--

7. Levantamento de Mercado

7.1. A contratação de empresa para a confecção de placas de metal, destinadas à inauguração de unidades vinculadas a esta Pasta, segue a padronização definida pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. O mercado nacional oferece diversos fornecedores que atendem às especificações solicitadas.

7.2. Descrição

	ITEM	NECESSÁRIO
1	<p>Placa em aço inox escovado austenítico, espessura 1,0 mm, medindo 600 x 400 mm, com impressão em baixo relevo, e acabamento em verniz UV brilho. A peça deverá conter furação nos quatro cantos para fixação mecânica e também fita dupla face no verso para apoio/aderência complementar na instalação. Acompanha parafusos para alvenaria/concreto e fita dupla face de alta resistência para uso externo.</p> <p>Descritivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material: aço inoxidável austenítico para uso externo, equivalente ao inox 304, aceitando equivalente ou superior. • Espessura da chapa: 1,0 mm • Dimensão nominal: 600 mm (L) x 400 mm (A) • Tolerância dimensional: ± 2 mm. • Cantos: quina com rebarba zero • Planicidade: sem empeno visível a 1 m de distância, com placa instalada • Acabamento do inox: escovado/acetinado padrão #4, escovamento uniforme em uma direção (horizontal) • Processo de Impressão: Impressão em baixo relevo, sobre inox; Cura Ultravioleta; Acabamento Semi-brilho, aplicação direta no substrato (sem uso de adesivos); Durabilidade mínima de 24 meses em ambiente externo, sem perda significativa de cor • Acabamento Gráfico: Baixo-relevo, efeito tátil e visual, perceptível ao toque. • Condição de fornecimento: chapa com película protetiva. A película deve garantir que o acabamento escovado #4 permaneça íntegro, sem riscos ou marcas até a entrega final da obra. Não serão aceitas peças com película parcialmente removida ou danificada. • Furação: 4 furos nos cantos, recuo 20–25 mm das bordas (conforme gabarito). • Parafusos para alvenaria e concreto, acompanhados de arruelas adequadas para não riscar /marcar o inox e distribuir a carga na fixação. • Fita dupla face de alta resistência estrutural para uso externo, aplicada no verso como apoio e para redução de vibração/afastamento, não substituindo a fixação mecânica. <p>Documentação técnica exigida e observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Declaração do material (tipo/grau do inox fornecido) e comprovação de equivalência" • Especificação do acabamento: #4 escovado. 	1.000 (mil) Itens

	<ul style="list-style-type: none">Ficha técnica do método de impressão e da proteção UV.Apresentar uma amostra física (prova) antes da produção das peças.Bordas sem rebarbas e sem arestas cortantes.Escovamento sem “manchas”/variação visível, sem riscos profundos.Sem empenamento, amassados ou ondulações.Sem marcas de cola, digitais permanentes ou contaminação superficial. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none">Placa (material e estrutura): 12 meses contra corrosão, empeno por fabricação e falhas de fixação do conjuntoGrafismo: 12 meses contra descolamento, trincas, descascamento e desbotamento anormal (considerando limpeza correta).	
--	--	--

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Conforme evidenciado neste Estudo Preliminar, a solução para a necessidade levantada nos termos abrange a prestação de serviço e o recebimento dos itens especificados neste ETP. 7.2. Por fim, a solução encontrada contém todos os elementos necessários para, de forma integrada, gerar resultados que atendam a necessidade da contratação.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Contém dados com estimativa de valores.]

10. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Contém dados com estimativa de valores.]

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 No presente caso, conclui-se pela inviabilidade do parcelamento da contratação, uma vez que, para assegurar a eficiência na prestação dos serviços, mostra-se recomendável que o gerenciamento permaneça sob a responsabilidade de uma única empresa contratada. Tal medida possibilita maior controle por parte da Administração, ao concentrar a responsabilidade pela execução e pelos resultados em um único ente jurídico, o que facilita a fiscalização, assegura a padronização dos serviços e minimiza riscos operacionais.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a presente demanda, no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A Fundamentação da Contratação, encontra-se pormenorizada no tópico deste Estudo Técnico Preliminar.

13.2. A presente contratação está prevista no PCA 2025 sob a contratação 90102-261/2025 DFD 101/2025

13.3. De acordo com Artigo Único da Disposição Transitória do Decreto nº 67.689 de 03/05/2023, a elaboração de Plano de Contratações Anual pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e autárquica é facultativa no ano de 2024, tornando-se obrigatória a partir do ano subsequente, nos termos do mencionado decreto.

14. Resultados Pretendidos

14.1. Espera-se com a presente contratação de uma empresa para confeccionar placas de metal para inaugurações da Secretaria de Estado da Saúde garante padronização, qualidade no material, cumprimento de prazos e responsabilidade direta do fornecedor, assegurando eficiência e credibilidade nos eventos oficiais.

14.2. Contratação tempestiva de prestador de serviço para atendimento da demanda da Secretaria, conforme especificações e quantitativos delineados no tópico 8, a fim de melhor atender as demandas do órgão.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Do cronograma de realização dos procedimentos:

15.1.1. A realização dos procedimentos para contratação será composta das fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Recebimento do objeto, nos moldes elencados na IN Nº 5/2017 e posteriores, utilizando-se das minutas disponibilizadas pelo sistema Compras.gov.br.

14.2. Da designação dos fiscais:

15.2.1. A designação de fiscais e gestores que atuarão na fiscalização dos serviços serão oportunamente nomeados, de acordo com o que regulamenta o § 3º do artigo 8º Decreto Nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A CONTRATADA deverá promover o uso e entrega de produtos que causem menor dano ambiental adotando, naquilo que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade dispostos no artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 /01/2010 e demais ordenamentos jurídicos vigentes.

16.2. Deverão ser estabelecidas ações para fins de amenizar o impacto no meio ambiente, observando no que couber, as orientações contidas Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 5ª Edição da AGU, com vista no desenvolvimento sustentável previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação para a confecção de placas de metal é viável para a Secretaria de Estado da Saúde porque permite garantir qualidade, padronização e cumprimento de prazos, além de centralizar a responsabilidade em um único fornecedor especializado, otimizando recursos e evitando falhas no processo.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGIANE CRISTINA BUZZETO

Assessor I



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 11:07:43.

GEORGIA RODRIGUES FRAGA

Coordenadora da Comunicação Social/GS



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 10:24:27.